



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO**

**PROJETO DE LEI N.º
DE DEZEMBRO DE 2025**

Institui a Bolsa-auxílio Formação destinada aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento na carreira do Quadro Próprio do Poder Executivo, para os cargos de Guarda Municipal, Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público, do Município de Lagarto, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGARTO, ESTADO DE SERGIPE:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-auxílio Formação, a ser concedida a título de auxílio financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento nos cargos de Guarda Municipal, Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público e que forem convocados para participar de curso de formação de que tratam o inciso VI e o § 2º do art. 10 da Lei Complementar nº 71, de 23 de dezembro de 2016; e o inciso V e o § 2º do art. 10 da Lei Complementar nº 118, de 24 de abril de 2024.

§ 1º O valor da Bolsa-auxílio Formação de que trata esta Lei será de R\$ 1.056,00 (mil e cinquenta e seis reais) mensais, a ser pago até o quinto dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao início do Curso de Formação de Guarda Municipal e do Curso de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público.

§ 2º O primeiro e último pagamento da Bolsa-auxílio Formação será efetuado proporcionalmente aos dias cursados.

§ 3º O pagamento será creditado em conta corrente a ser indicada pelo Aluno dos respectivos cursos de formação.

Art. 2º Durante o Curso de Formação de Guarda Municipal, os candidatos serão denominados de “Alunos do Curso de Formação de Guarda Municipal”.

Art. 3º Durante o Curso de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público, os candidatos serão denominados de “Alunos do Curso



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO**

**PROJETO DE LEI N.º
DE DE DEZEMBRO DE 2025**

de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público”.

Art. 4º O candidato aprovado em concurso público que seja servidor público municipal poderá, no momento da convocação para o curso de formação específico, optar pelo recebimento da Bolsa-auxílio Formação ou pela remuneração de seu cargo efetivo.

Art. 5º A Bolsa-auxílio Formação será paga mediante empenho e será concedida durante todo o período do curso de formação específico, desde que o beneficiário atenda aos requisitos estabelecidos em regulamento.

Art. 6º O período de realização do curso não configurará qualquer vínculo empregatício com o Município de Lagarto.

Art. 7º A Bolsa-auxílio Formação instituída por esta Lei destina-se ao custeio de despesas com transporte, alimentação, materiais didáticos, vestimenta ou fardamento padrão para o curso e outros itens necessários ao Aluno matriculado no Curso de Formação de Guarda Municipal e do Curso de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público.

Art. 8º O Curso de Formação de Guarda Municipal e o Curso de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público, com seus respectivos conteúdos programáticos, duração, critérios de aprovação e demais aspectos serão regulamentados por ato conjunto da Secretaria Municipal da Administração e da Secretaria Municipal da Ordem Pública e da Defesa da Cidadania.

Art. 9º Fica o Município de Lagarto autorizado a contratar instituição especializada para ministrar o Curso de Formação de Guarda Municipal e o Curso de Formação de Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Transporte Público, obedecido o disposto na Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO**

**PROJETO DE LEI N.º
DE DE DEZEMBRO DE 2025**

Art. 10. Ao Poder Executivo cabe promover as medidas necessárias para efetivação dos procedimentos orçamentários e financeiros decorrentes das providências resultantes da execução ou aplicação desta Lei.

Art. 11. As respectivas despesas correr à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento do Município.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial para inclusão da Bolsa-auxílio Formação, no Orçamento-Programa do Município para o exercício de 2026, no limite de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais) na forma legalmente prevista, observado o disposto nos artigos 40 a 46 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964, podendo ser suplementado, se necessário.

Art. 13. As normas regulamentares, as instruções e orientações que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei devem ser estabelecidas mediante atos do Poder Executivo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagarto, 15 de dezembro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

ARTUR SÉRGIO DE ALMEIDA REIS
PREFEITO MUNICIPAL